

De 13 de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2007

• Assessor Principal colocado na Divisão de Mobilidade e Equipamento Urbano, com funções de apreciação de pedidos de ocupação do espaço público.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

De março de 2007 a dezembro de 2013

• Chefe da Divisão de Administração Urbanística

De dezembro de 2013 a fevereiro de 2015

• Técnico Superior colocado na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos.

Desde fevereiro de 2015

• Chefe da Divisão de Ambiente Ordenamento do Território e Urbanismo em regime de substituição.

Outros trabalhos de âmbito municipal

1979

• Edifício para a Assembleia e Conselho Municipais do Seixal — construído

• Centro de Convívio de Foros de Amora/Seixal — construído c/alterações

• Programa de concurso para o Mercado de Torre da Marinha/Seixal 1980

• Centro de Convívio de Pinhal do Vidal/Seixal 1981

• Plano Geral de Urbanização do Seixal

• Mercado de Miratejo (em colaboração) 1982

• Estudo Prévio p105 Paços do Concelho de Seixal

• Junta de Freguesia de Grândola — construído 1983

• Jardim Jacinto Nunes/Grândola — construído

• Posto de Turismo/Grândola — construído

• Mercado de Melides/Grândola — construído 1984

• Auditório Municipal de Grândola — construído 1985

• Estudos Sumários do PDM de Grândola (em colaboração) 1986

• Posto Médico de Carvalhal Grândola — construído

• Loteamento Municipal de 10 fogos evolutivos na Horta do Coxo/Grândola (projeto publicado pelo LNEC) — construídos 1987

• 24 fogos de habitação a preços controlados em Grândola, comparatizados pelo INH.

Merceu menção do júri do premio nacional de arquitetura do INH — construído

• Biblioteca Municipal de Grândola. Comparticipada pelo, I. P. L.L. — construído

• Oficinas Gerais da Câmara Municipal de Grândola — construído c/alterações 1988

• Estudo Prévio do Centro Cultural de Grândola. Inclui 2 Auditórios, espaço expositivo, ateliers, articulando-se funcionalmente com a Biblioteca Municipal.

• Loteamento Municipal/Cerrado das Aranhas (autoconstrução)/Grândola — construído

• Loteamento Municipal (ind. Ligeira)/Grândola — construído

• Projeto-tipo de armazéns p/ loteamento supra Grândola construídos

• Ampliação dos Paços do Concelho de Grândola — 3 fases, das quais a 1.ª construída

• Pavilhões da Feira de Grândola — executados

• Teatro de bolso (sede da União Internacional de Marionetistas/Portugal) no Lg Machede Velho em Évora — construído

• Área envolvente do Templo Romano — Estudo prévio

• Acompanhamento da implantação da rede de 1V por cabo no Centro Histórico de Évora.

• Remodelação do Salão Central Eboreense 1995

• Proposta de galeria técnica para o Centro Histórico de Évora

• Remodelação dos Paços do Concelho de Évora

• Programa apresentado ao Conselho da Europa p/ reabilitação de edifícios no Centro Histórico de Évora

• Posto de transformação na Praça do Sertório 1997

• Remodelação da antiga Direção de Viação do Alentejo p/ serviços municipais — construído

• Museu de Metrologia (Casa da Balance) do Chão das Covas (Évora) — construído

Foi designado em regime de substituição, no cargo de chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento do Território e Urbanismo tendo ocupado o lugar no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2015 e 16 de março de 2016.

Participou em diversos cursos de formação, seminários, colóquios etc., destacando-se entre outros os seguintes:

Curso SIADAP: 2.ª Geração CIMAC — Évora 2011 abril/2011 (14 horas)

• Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) — Fundação CEFA2010/2011 /

Évora (212 horas/15 valores)

• Curso O Novo Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública — CIMAC 2012 (14 horas)

• Seminário A Reforma da Política de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo — CCDRA/junho de 2014

• Curso de Formação Profissional Alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação Fundação CEFA 2014 (7 horas)

• Seminário plano de Urbanização O Caso de Abrantes junho 2015

Embora sem comprovativo de tal, participou ainda nas seguintes ações:

• Jornadas sobre loteamentos ilegais/C.M. Palmela/Azeitão — 1983

• Encontro sobre Cidades c/ Centros Históricos (c/apresentação de comunicação) Giroma — 1996

• Encontro sobre Património e Cidades (c/apresentação de comunicação) — ESE de Portalegre — 1995

• Cidade e Património (c/apresentação de comunicação) — Fundação do Convento da Orada — 1995

• Ordenamento do Território e Gestão Urbanística/AMDE — Redondo — 2005

• Seminário s/ Ocupação Dispersa — Aveiro — 2008

• O novo Regime Jurídico da urbanização e edificação — C.M. de Aljustrel — 2005

• O novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana/LNEC — 2010

31 de março de 2016. — A Presidente da Câmara, *Hortênsia dos Anjos Chegado Menino*.

309501432

Aviso n.º 5154/2016

Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, faz público que:

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Apoio Operacional, Obras Águas e Saneamento, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 253, de 29 de dezembro de 2015, parte J1, no jornal “Correio da Manhã” de 31 de dezembro de 2015 e na Bolsa de Emprego Público (Código de Oferta OE201512/0318) no dia 30 de dezembro de 2015 e nos termos dos artigos dos artigos 5.º, 11.º e 21.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e dos artigos 4.º, 8.º, 12.º, 15.º e 23.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, nomeei em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 17 de março de 2016, o licenciado em Engenharia Civil Acácio José de Jesus Peres no cargo de Chefe da Divisão de Apoio Operacional, Obras, Águas e Saneamento do Município de Montemor-o-Novo.

Nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado

Informação pessoal

Nome: Acácio José de Jesus Peres

Data de nascimento: 8 de novembro de 1976

Naturalidade: Alameda, Castelo Branco

Nacionalidade: Portuguesa

Licenciado em Engenharia Civil pela Universidade do Minho

Experiência profissional mais relevante

— Desde fevereiro de 2015 desempenha funções de Chefe de Divisão na Divisão de Apoio Operacional, Obras, Águas e Saneamento (DAOOAS) na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo por nomeação em regime de substituição; paralelamente desempenha funções de Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil e Segurança (SMPCS);

— julho de 2014 a janeiro de 2015 desempenhou funções de Técnico Superior — Engenheiro Civil na Divisão de Apoio Operacional (DAO) na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, e de Coordenador do Gabinete de Proteção Civil e Segurança (GPCS);

— setembro de 2010 a junho de 2014 desempenhou funções de Chefe de Divisão da Divisão de Apoio Operacional (DAO) na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; desempenhou ainda funções de Coordenador do Gabinete de Proteção Civil e Segurança (GPCS);

— outubro de 2003 a agosto 2010 desempenhou funções de Técnico Superior 2.ª Classe — Engenheiro Civil e de Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho na DOS — Divisão de Obras e Saneamento e na DOAS — Divisão de Obras, Águas e Saneamento na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;

— Desde outubro de 2003 integrou vários grupos de trabalho na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, entre os quais, o grupo de trabalho das Piscinas Municipais Amaras, da Conceção/Construção do Campo Relvado Sintético, do Arquivo Municipal, da Ecopista, da Feira da Luz, da Eficiência Energética e Energias Limpas, e da Agenda 21 Local;

— setembro de 2000 a outubro de 2003 desempenhou funções de Engenheiro Civil — Diretor de Obra em várias empresas de Construção Civil e Obras Públicas.

Foi designado em regime de substituição, no cargo de chefe da Divisão de Apoio Operacional, Obras, Águas e Saneamento, tendo ocupado o lugar no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2015 e 16 de março de 2016.

Formação académica e profissional mais relevante

— 5 de dezembro de 2014 — Apresentação sobre o tema “Riscos Naturais — Ventos Fortes — Minitornado” em Montemor-o-Novo [27 de setembro de 2013] — Workshop “Situações Meteorológicas Extremas — prevenção, planeamento e intervenção” — Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora — Autoridade Nacional de Proteção Civil;

— 17 de outubro de 2013 — Congressista — Sessão paralela | ESA-DR2013 — Apresentação do trabalho: Amoreira é horta: as hortas do Vale da Amoreira, da autoria de Acácio José de Jesus Peres, CMMN, Ana Patrícia Marcelino Amaral, CMM, Nuno Miguel Vasconcelos Morais, CML, Paula Graciete Raimundo Branco, CMM, Sandra Luís Filipe, CMLo | desenvolvido no âmbito do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL);

— Novembro de 2011 a dezembro de 2011 — Formador — «Noções Básicas de Construção Civil» (18h) — 8.º Curso de Formação para Fiscal Municipal Beja 2.1 — Fundação CEFA — Fundação para os Estudos e Formação Autárquica;

— 26/01/2015 a 27/01/2015 — Curso: Análise e Avaliação de Propostas (na área da Contratação Pública) — 2.ª Edição Lisboa — Fundação CEFA — Fundação para os Estudos e Formação Autárquica;

— 06/01/2014 a 7/01/2014 — Sessão de Atualização de Conhecimentos para Peritos Qualificados RCCTE | SAC-REH_11_Lx — ADENE — Agência para a Energia;

— 20/11/2013 a 22/11/2013 — Formação de Gestores Energéticos Municipais — CIMAC — Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central — Bureau Veritas;

— Junho 2012 a janeiro 2013 — Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) — Lisboa — Fundação CEFA — Fundação para os Estudos e Formação Autárquica;

— 12/04/2011 — Curso de Formação Profissional “SIADAP: 2.ª Geração” — CIMAC — Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central;

— 06/04/2010 a 29/04/2010 — Curso de Formação Profissional de Atualização Científica e Técnica em Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho — GTIE — Consultores, S. A.;

— 03/04/2008 a 04/04/2008 — Curso de Formação de Peritos Qualificados — Módulo Certificação RCCTE — ADENE — Agência para a Energia;

— 14/12/2007 a 12/01/2008 — Curso de Formação Profissional RCCTE (Perito Qualificado SCE) — ISQ — Instituto de Soldadura e Qualidade;

— 10/01/2003 a 31/03/2004 — Curso de Formação de Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho — Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão — Universidade de Évora;

— 1995 a 2000 — Curso Superior de Licenciatura em Engenharia Civil — Universidade do Minho.

Aptidões e competências técnicas

— Membro Efetivo da Ordem dos Engenheiros;
— Perito qualificado para a certificação energética de Edifícios — PQ-I;
— Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho;
— Formador.

31 de março de 2016. — A Presidente da Câmara, *Hortênsia dos Anjos Chegado Menino*.

309501457

Aviso n.º 5155/2016

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho por tempo determinado/termo resolutivo certo

1 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2016 e da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, se encontra aberto, ao abrigo do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado (termo resolutivo certo), pelo período compreendido entre 01 de junho e 26 de setembro de 2016, tendo em vista o preenchimento de sete postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Autarquia, na categoria de assistente operacional da carreira geral de assistente operacional, área funcional de desporto/piscinas recreativas municipais.

2 — Ao presente procedimento concursal serão aplicáveis as regras constantes nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, 31 de julho, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, na sua atual redação e Código de Procedimento Administrativo.

3 — Quanto à exigência do requisito respeitante à impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores/as com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a instrumentos de mobilidade, na sequência da Circular n.º 92/2014/PB, de 24/07/2014, remetida pela ANMP e Despacho n.º 2556/2014-SEAP, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia ao INA, prevista no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro e na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Nos termos da informação prestada pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, através de correio eletrónico em 04 de abril de 2016, ainda não se encontra constituída a EGRA.

4 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

5 — Caracterização do posto de trabalho: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de assistente operacional, constantes do anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LGTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, competindo-lhe assegurar todas as funções inerentes ao posto de trabalho, nomeadamente desempenhar as funções de nadador salvador e assegurar a vigilância e segurança do plano de água e espaços envolventes; a limpeza e manutenção de equipamentos; prestar apoio aos técnicos de natação e aos/às utentes.

6 — O local de trabalho situa-se na área geográfica do Município de Montemor-o-Novo.

7 — O posicionamento remuneratório dos/as trabalhadores/as recrutados/as, numa das posições remuneratórias da categoria correspondente aos postos de trabalho a concurso, será objeto de negociação com a entidade empregadora pública, de acordo com as regras constantes no artigo 38.º da LGTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, sendo a posição remuneratória de referência a Retribuição Mínima Mensal Garantida em 2016 (RMMG), a que corresponde o valor de €530 (quinhentos e trinta euros) na tabela remuneratória única.

8 — Requisitos de admissão:

Só podem ser admitidos a concurso os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, satisfaçam os seguintes requisitos, previstos no artigo 17.º da LGTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na sua atual redação:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, convenção internacional ou por lei especial;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido/a do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função;
- Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.